

Unasul: desafios e importância política

Israel Roberto Barnabé¹

As discussões sobre a criação da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) tiveram início em 2004 em uma reunião regional realizada em Cusco, no Peru. Inicialmente conduzido pela Venezuela de Hugo Chávez, o projeto recebeu o nome de Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações) com o objetivo principal de aprofundar a integração da região. Em 2008, já com o Brasil à frente das negociações, o ato constitutivo da Unasul foi assinado pelos doze países-membros. Diferente de outros blocos que comumente iniciam o processo de integração através de acordos econômicos para depois avançar para esferas institucionais e políticas, a Unasul parece percorrer o caminho inverso, ou seja, surge a partir de discussões políticas sobre a necessidade de um maior compromisso dos países com a convergência de interesses, que se expressam, em seguida, nas bandeiras do novo sujeito: a criação do Conselho de Defesa e a coordenação de acordos em diversas áreas. Os países que compõem a Unasul são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A América do Sul passa, atualmente, por um momento de reavaliação das políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas, e de buscas por

alternativas e por respostas para os diversos problemas enfrentados pelos países da região. O movimento histórico recente que caracteriza a América do Sul, são: a crise da década de 80, as políticas neoliberais implementadas a partir da década de 90 e a subida ao poder de lideranças esquerdistas que contestam a ordem liberal, isso pode levar a uma equivocada impressão de que a região caracteriza-se pela homogeneidade de processos e interesses. Entretanto, uma análise mais cuidadosa desnuda uma região dividida por princípios e posicionamentos divergentes, às vezes, antagônicos. Essa heterogeneidade de posicionamentos políticos configura-se como o primeiro desafio para processos de aprofundamento institucional de integração na região. Para apresentar essa realidade diversa, o presente artigo reporta-se ao trabalho de Alberto Rocha Valencia (2010). Segundo o autor, a América Latina (não apenas a do Sul) é dirigida atualmente por uma “esquerda moderada” não homogênea. Esquerda porque posiciona-se criticamente ao “caminho único” preconizado pelo Consenso de Washington, e moderada porque atua dentro do sistema, de suas instituições e com suas regras de jogo. Ainda utilizando o trabalho de Rocha Valencia e focando especificamente a América do Sul, podemos destacar e analisar a região em três grupos distintos.

O primeiro grupo, chamado aqui de “Transformadores” é representado por Venezuela, Bolívia e Equador. Caracteriza-se por duras críticas ao neoliberalismo e

1. Universidade Federal de Sergipe.

propõe ênfase econômica-social, do tipo neo-estruturalista radical, à formulação de uma doutrina neo-socialista, o chamado “socialismo do século XXI”. A partir dessa concepção, são, na prática, países totalmente voltados para o latino-americanismo, buscando unidade, autonomia e integração da região. Nesse sentido, defendem a institucionalização da ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de nossa América) – uma proposta latino-americana de integração.

O segundo grupo, nomeado de “Reformadores”, partilha das críticas feitas pelos transformadores ao panamericanismo, entretanto, assume uma posição anti-neoliberal, menos radical. Compõem esse grupo: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A prática política desses países na atualidade mantém algumas premissas do Consenso de Washington (abertura comercial, controle inflacionário, estabilização da moeda, controle do déficit público etc.), mas repensa o modelo e volta-se para a elaboração de projetos de inclusão social, dando nova importância ao papel do Estado e ao interesse nacional. Nesse sentido, diferente de um certo radicalismo presente nas propostas do grupo transformador, os reformadores representam mudanças parciais, um “caminho do meio” que possa, simultaneamente, considerar e manter alguns aspectos do modelo neoliberal e complementá-lo com um projeto de desenvolvimento social.

Por fim, no terceiro grupo estão os “Modernizadores” que, na

América do Sul, são representados pelo Chile. Esse país não se enquadra nos dois outros grupos, tendo em vista a adoção de propostas pró-Consenso de Washington. Embora o Chile critique o caráter dogmático do neoliberalismo, aposta em suas premissas, em um “neoliberalismo suave”. Nesse sentido, o país tem mantido sua opção por acordos bilaterais e trilaterais, principalmente com os Estados Unidos, relegando a integração para um segundo plano. É importante observar que a ampliação dos acordos bilaterais da região, especialmente com os Estados Unidos após o enterro da Alca, tem se configurado com um dos principais obstáculos para os avanços integracionistas.

Para completar o time da Unasul, restam Colômbia e Peru, Guiana e Suriname. A primeira dupla com posições bastante alinhadas com os Estados Unidos, a segunda (países-membros do Caricom – a Comunidade do Caribe) tendo, na Unasul, a primeira oportunidade de um maior envolvimento com a América do Sul. Evidentemente, esta divisão em três grupos é feita de maneira geral e com o intuito de mostrar aproximações e diferenças nas visões de mundo dos países sul-americanos. Por si só, essa heterogeneidade, ou seja, as diferentes posturas assumidas pelos governos da América do Sul com relação ao neoliberalismo, sua continuidade ou a busca de sua superação, mostra a dificuldade em articular interesses e valores comuns, indispensáveis para o avanço da integração política.

Além disso, cabe aqui outra consideração; e essa subida ao poder, na América do Sul, de várias lideranças que caracterizamos neste artigo como “esquerda moderada” já dura cerca de dez anos. Ela será mantida nas próximas eleições presidenciais? Até quando? Uma retomada do poder pelos partidos que podemos chamar de “direita moderada” mudaria os destinos dos países rumo à integração? Em que medida? O tortuoso caminho para a ratificação do Tratado Constitutivo da Unasul, ainda em processo, é um claro exemplo de que, além da preocupação sobre sua adequação à Constituição de cada país, a postura oficial da nação em torno da integração passa por uma negociação interna que, naturalmente, irá criar expectativas diferenciadas.

Vinculadas à heterogeneidade apresentada, outros desafios para a consolidação da Unasul podem ser elencados. Em primeiro lugar, pode-se questionar: qual o modelo de integração que os países da América do Sul desejam? É importante lembrar que o Mercosul, bloco mais importante da região, configura-se como um “regionalismo aberto”, ou seja, visa ao fortalecimento da região e, conseqüentemente, dos países-membros para uma inserção mais ativa desses países ao cenário mundial, à economia de mercado global, altamente competitiva. Além disso, para alguns deles, representa a possibilidade de uma participação mais relevante nos organismos internacionais. A Unasul assume o mesmo perfil, visto que se soma aos desenhos



regionais que reconfiguram o planeta na contemporaneidade, e não representa, portanto, um enfrentamento à lógica capitalista liberal vigente, mas um instrumento com o qual os países-membros podem contar para uma inserção menos assimétrica ao cenário globalizado.

Neste aspecto, e apenas para sinalizar uma discordância em torno das perspectivas regionais, cabe citar as proposições da Venezuela de Chávez. Segundo declarações do presidente venezuelano, é preciso descontaminar o Mercosul das impurezas neoliberais. Esse tipo de declaração, vinda de um presidente cujo país pleiteia, formalmente, fazer parte do Mercosul (dependendo hoje apenas do voto do Paraguai), mostra o choque de percepções em torno da integração. Isso porque, como dito anteriormente, tanto o Mercosul quanto a Unasul constituem-se como propostas regionais visando, em última instância, a uma maior e melhor inserção dos países ao mercado global, e não como blocos de enfrentamento, essencialmente protecionistas, como parece visualizar Chávez. Nesse contexto, torna-se importante ponderar: o que os doze países esperam, quais são suas expectativas em torno da Unasul.

Outra questão importante, e que pode representar mais um empecilho aos processos de integração na América do Sul, é a liderança “natural” do Brasil. Apesar da Unasul estar organizada no formato intergovernamental (cada país um voto e com direito de

veto) de fato, mesmo em arranjos regionais dessa natureza, os interesses dos países mais fortes tendem a prevalecer, às vezes, em detrimento dos mais fracos. É fato que a liderança regional gera prestígio internacional e faz com que o “país-líder” busque, a partir deste “trampolim político regional”, outros voos, outras metas. Na região sul-americana o Brasil é o único país que realmente busca projeção global. Exemplos desta empreitada diplomática podem ser notados na meta do país em tornar-se uma potência regional, um mediador de conflitos internacionais e pleitear uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Evidentemente, esses interesses particulares do Brasil chocam-se, em alguma medida, com os discursos pró-integração e atizam reações diversas. A Argentina tem sido, historicamente, o país que mais se incomoda com as ambições brasileiras e, sendo Brasil e Argentina o motor da integração na região, o conflito de interesses entre esses dois países prejudica, sobremaneira, as negociações integracionistas.

Uma terceira consideração sobre os desafios políticos a serem enfrentados pela Unasul é a opção pela América do Sul e não pela América Latina, região contemplada pela extinta ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Os conceitos são, por si só, questionáveis. América Latina é um conceito criado “de fora”. Entretanto, consensualmente,

identificam e abrangem regiões diferentes.

Quando Kissinger pensava a divisão e a segurança hemisférica por exemplo, propunha uma América Latina (que seria de fato a América do Sul) sob a batuta do Brasil e uma América do Norte (que abrangeria também a América Central) sob a batuta dos Estados Unidos – dois pilares do continente, trabalhando em harmonia de interesses. Entretanto, ao considerar-se a postura histórica do Brasil sobre a questão, é interessante observar que, se por um lado, a América Latina nunca esteve nos planos estratégicos da política externa brasileira, por outro, a noção de América do Sul, construída progressivamente e de maneira mais acentuada a partir dos anos 80, passou a ganhar respaldo no país. Nos governos de FHC e Lula, a integração sul-americana ganhou peso na política estratégica do Brasil, peso sentido nos discursos pró-integração do primeiro e na prioridade dada ao aprofundamento dos laços com os países sul-americanos, na maior robustez dada ao Mercosul e na constituição da Unasul, no segundo.

Nesse contexto, cabe questionar como fica a questão do México. Um país, com fortes vínculos com os Estados Unidos (Nafta) e que defende a ampliação dos acordos bilaterais na América Latina, acordos que, como dito anteriormente, dificultam avanços integracionistas. O México ressentese por não ter participado das primeiras discussões que resultaram na criação da Unasul. O ponto principal – e que divide

pesquisadores do assunto – é saber se o fortalecimento institucional da Unasul e os consequentes benefícios gerados aos doze países-membros (em um jogo de soma positiva) pode ou não ganhar, posteriormente, uma abrangência maior, estendendo-se até a América Central e, portanto, representando toda a América Latina. Assim, a percepção dos países da América Central sobre a Unasul influencia, em alguma medida, os caminhos da região e deve ser considerada.

As quatro provocações levantadas: heterogeneidade política da região sul-americana, as possíveis discordâncias em torno do modelo de integração desejado (as perspectivas), o impacto e o papel da natural liderança brasileira, e a questão da América Latina, apontam obstáculos importantes ao avanço da integração política sul-americana representada pela Unasul. Somados a esses obstáculos podem ser citados outros elementos que se caracterizam como empecilhos ao desenho regional. Dentre eles, destacam-se

a) as assimetrias existentes entre os doze países-membros. Evidentemente, a assimetria que caracteriza as relações internacionais não é privilégio dos países sul-americanos, ao contrário, coloca-se como uma questão a ser discutida por todos os blocos regionais que povoam o globo. Entretanto, é um dado que precisa ser continuamente considerado e discutido, como é feito, por exemplo, pela União Europeia. Na América do Sul, mesmo no âmbito específico do Mercosul,

tal dado nunca foi satisfatoriamente abordado pelos países-membros (apesar da criação do Focem – Fundo para Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do Mercosul). No âmbito da Unasul a questão mostra-se ainda mais delicada e urgente.

b) as disputas, de ordem variada, existentes entre alguns países da região. As divergências e os conflitos, ora latentes, ora eclodindo de fato, explicitam questões não resolvidas relacionadas ao espaço fronteiriço, ao tráfico de drogas, armas e pessoas, à prostituição etc., que se ramificam rapidamente para outros países da região, gerando instabilidade e insegurança. O recente atrito entre Venezuela e Colômbia em torno das FARC é sintomático.

c) as discussões em torno da democracia configuram-se como mais um dilema a ser resolvido na América do Sul. Democracia, na verdade, passou a ser uma “palavra mágica” utilizada nos discursos de lideranças políticas, nos fóruns mundiais, nas manifestações de protesto, sem um necessário acordo sobre sua definição. Afinal, a democracia é definida pelo formato (eleições diretas) ou é medida pelo tipo de relação existente entre estado e sociedade? É expressa quando representa a maioria ou quando leva em consideração também os anseios da minoria? Essa dificuldade na definição do conceito de democracia tem gerado embates entre os países da América do Sul em que por exemplo, democracias “a la Chávez” na Vene-

zuela, convivem com outras formas democráticas e com outros níveis de liberdade de mercado e de expressão. Não é à toa que o Chile somente concordou em ratificar o Tratado Constitutivo da Unasul mediante ao compromisso da organização de incluir no Tratado a “Cláusula Democrática”, que autoriza a expulsão do país que ferir princípios democráticos (sobre os quais, como vimos, não há consenso) e dos direitos humanos.

Nota-se, com essa breve apresentação, que os desafios para a integração na América do Sul (com profundidade propalada nos discursos dos Chefe de Estado em torno na Unasul) são diversos e exigem ações efetivas e vontade política dos estados-membros. Entretanto, a já histórica insistência da região em torno da experiência integracionista mostra que, apesar das eventuais rivalidades e de diferentes expectativas, o desenho regional apresenta-se como um caminho especial a ser seguido pelas nações.

Unasul: a importância da integração política

Apesar das profundas mudanças que a globalização tem causado nas sociedades – em que aparentemente o mercado poderia agir sem a atuação estatal – o que vimos é um mundo se desenhando em blocos regionais, que tornam imperativas a formação de organizações sólidas, a ação política e a participação dos Estados Nacionais.

De um modo geral, e seguindo o raciocínio de Haas (1958), pode-



se afirmar que a integração política resulta da percepção e do acordo, por parte dos atores envolvidos no processo, de um conjunto de interesses e valores comuns. No caso dos movimentos que edificaram a integração europeia – objeto de Haas – é possível identificar tal conjunto comum, a saber: a) a urgência na reconstrução dos países assolados com a destruição da II Guerra; b) o interesse pela segurança da região e o esforço para evitar novas guerras no continente e, ao mesmo tempo, combater a ameaça comunista que se instaurava com a configuração da Guerra Fria, c) a preocupação com a crescente influência política dos Estados Unidos na região, presentes implicitamente no Plano Marshall, d) o interesse em recolocar a Europa no papel de ator relevante nas relações internacionais.

É evidente, portanto, que o sucesso dos processos de integração depende, especialmente no que se refere ao aprofundamento institucional, à construção de um acordo de interesses, valores e expectativas comuns que se sobreponha às divergências existentes entre as unidades políticas. Tanto a cooperação quanto os processos de integração são fenômenos inseridos em um cenário internacional, em grande medida, caracterizado pelo conflito, pelo choque de interesses. Nesse sentido, cooperação e integração não são reportadas às teorias que vislumbram a possibilidade de uma “harmonia de interesses” no cenário internacional, preconizada pela Paz Kantiana e presente nos escritos de W. Wilson ou, de forma mais geral, na teoria idealista das relações interna-

cionais. Posicionam-se, na verdade, entre uma releitura do realismo (o chamado neo-realismo) e a teoria da interdependência (ou neo-institucionalismo).

Na América Latina pode-se afirmar que a trajetória da integração começou quase simultaneamente aos esforços da Europa. É importante lembrar, que foi na década de 50 que aconteceram os debates entre os países latino-americanos sobre a opção pelo regionalismo; debates esses que tiveram, como resultado, a constituição da ALALC, em 1960. Portanto, atribuir o sucesso (não sem conflitos e percalços) da atual União Européia ao longo período de sua trajetória é um equívoco. Por outro lado, nota-se que o processo de integração na Europa, ancorado aos interesses gerais citados anteriormente, apresenta uma continuidade e uma determinação política dos países que possibilitaram o avanço dos movimentos de alargamento e aprofundamento do bloco, resultando na união atual. No caso da América Latina, apesar do apregoado conjunto de semelhanças que uniriam os países (língua, cultura, história, religiosidade etc.), o fato é que o único vínculo que realmente caracterizava a região como um todo era o subdesenvolvimento dos países que a compõem. A ausência histórica de um conjunto maior de interesses, que poderia convergir para movimentos mais concretos em torno da integração, foi uma das causas principais das rupturas e das dificuldades em consolidar na região uma integração mais abrangente e aprofundada. Atualmente, que concerto de interesses poderia ser

costurado para o avanço da Unasul? Dito de outra forma, quais são os interesses comuns que envolvem os doze países-membros – imprescindíveis para o sucesso da união sul-americana? Podemos citar alguns.

Uma primeira abordagem que pode ser feita, gira em torno dos interesses dos países sul-americanos em resolver algumas questões que envolvem, estritamente, esses países em um âmbito regional, sem interferências externas. Na prática, significaria retirar essas questões do âmbito da OEA, debatê-las e resolvê-las no âmbito da Unasul. A abrangência da OEA (da qual também fazem parte o México, outros países da América Central e os Estados Unidos) muitas vezes faz com que a Organização tome medidas que pouco se aproximam dos interesses sul-americanos.

O recente atrito envolvendo Bolívia e Venezuela em torno das FARC é sintomático. A suposta apresentação de provas feitas por Bogotá à OEA, mostrando que a Venezuela estaria acolhendo guerrilheiros das FARC em seu território, o conseqüente rompimento diplomático feito por Chávez movimentaram a Unasul. O Brasil posicionou-se como mediador, lamentou o fato e exortou a importância do diálogo na América do Sul. Propôs ainda a retirada do processo da OEA e sua inclusão no âmbito da Unasul. Para o funcionamento mais efetivo da Unasul, os países-membros que ainda não ratificaram o Tratado Constitutivo precisam fazê-lo.

Entretanto, isso não impediu as várias reuniões que aconteceram para debater essa questão, envolvendo diretamente Colômbia e Venezuela. O episódio evidencia o choque de projetos entre os dois países (de um lado o maior aliado dos Estados Unidos na região, de outro, seu maior combatente). Mas dá relevo à Unasul e à importância da integração política, visto que, questões como essa exigem consenso de encaminhamentos, dada a estrutura intergovernamental que estrutura a Unasul.

Recentemente, o Chanceler brasileiro, Ministro Celso Amorim, afirmou que em alguns casos o Mercosul e a Unasul podem ser mais efetivos do que a OEA. Sem descartar a importância da Organização hemisférica, Amorim afirmou, citando o caso acima referido, que a recém criada Unasul teria sido mais eficaz.² Vinculado a esse primeiro interesse que pode unir os países sul-americanos, nota-se a necessidade de uma maior autonomia/independência da região com relação aos Estados Unidos. Desde o engavetamento da proposta da ALCA em 2005, os Estados Unidos têm optado pela estratégia de ampliar os Tratados Bilaterais de Livre Comércio com os países latino-americanos. Um dos resultados desse movimento é o enfraque-

cimento dos esforços e dos interesses dos países com relação à integração regional. Pode-se afirmar que, embora não sejam fenômenos antagonísticos, o aumento de acordos bilaterais entre países de uma região pode, em alguma medida, representar obstáculos aos processos integracionistas. Nesse sentido, a integração efetiva da Unasul pode resultar em uma maior autonomia da região, principalmente com relação aos Estados Unidos, e essa possibilidade pode exemplificar mais um interesse comum que contribui para a união dos países em torno da opção regional.

Outra questão que envolve a região sul-americana é a necessidade contínua de fortalecimento dos países para uma inserção mais segura e com maior poder de competitividade ao cenário mundial. Essa tarefa já tem sido cumprida, de certa forma, pelo Mercosul que, como dito anteriormente, caracteriza-se por um regionalismo aberto e pode ser desempenhada, em relevo ampliado, pela Unasul. Conforme expresso no Artigo 2 do Tratado Constitutivo da Unasul, o objetivo principal é

(...) construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, for-

talear a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.³

Ao fortalecer a atuação dos Estados Nacionais, o Regionalismo pode constituir-se enquanto uma opção regional alternativa e não simplesmente resultado de uma imposição da globalização com o objetivo de atender os ditames dos países centrais, como defendem alguns pesquisadores. Sem dúvida nenhuma, a formação dos blocos regionais, o chamado regionalismo, é atualmente uma das principais características do cenário internacional. De relações que anteriormente se davam apenas entre unidades políticas individuais, temos hoje uma gama de acordos que envolvem negociações isoladas entre países, relações intra-blocos, relações entre países individuais e blocos econômicos e relações entre blocos.

No caso específico do Brasil, o interesse em consolidar-se como uma potência regional, como uma liderança regional importante, justifica, em alguma medida, o constante e crescente interesse do país pela estabilidade da região e pelo avanço da integração. Conforme analisado anteriormente, essa “liderança natural” do Brasil gera certo atrito (principalmente com a Argentina), mas constitui-se também como uma necessidade vital para o sucesso da integração sul-americana, tendo em vista a importância de uma liderança de um país (ou grupo de países) que se dispõe a ser o motor da integração na região. A prioridade dada pela política externa brasileira e o esforço diplomático dispensado pelo país à integração

2. <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midiainternacional/venezuela/telesur/2010/09/11>. Acesso em 15/09/2010.

3. Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. <http://www.amer-sur.org.ar/Integ/UNASUR0805.htm>. Acesso: 07/07/09.

sul-americana são responsáveis, em grande medida, tanto pelos avanços do Mercosul, quanto pela edificação da inédita formação sul-americana representada pela Unasul.

Evidentemente, esse interesse do país faz parte de uma estratégia maior de sua política externa, que pleiteia, a partir do reconhecimento internacional de seu poder na região - como liderança política, como mediador de conflitos, como expressão econômica - um papel mais relevante no cenário global. O resultado seria uma participação mais ativa do Brasil nos rumos do sistema internacional, fazendo com que os interesses do país possam ser alcançados de maneira mais efetiva - um projeto de longo prazo. Essa liderança regional do Brasil alia, portanto, os interesses particulares do país com a necessidade da própria região em ter um país que tome as rédeas da integração nas mãos. O consenso em torno da importância da liderança brasileira na Unasul pode representar, assim, mais um elo entre todos os países-membros.

Considerações Finais

Na América do Sul, além das conquistas econômicas propiciadas em grande parte pela consolidação do Mercosul, nota-se também a manutenção de uma consciência política dos Estados sobre a urgência em se abrir mão de medidas políticas nacionalistas e retrógradas, dando à região condições reais para uma inserção mais ativa ao cenário mundial. Entretanto, por outro lado, as

assimetrias e a heterogeneidade que caracterizam os países da região, além das divergências político-ideológicas dos Estados, dificultam a coordenação de interesses, imprescindível para a integração política. A proposta da Unasul pode ser analisada a partir desse ponto de vista, ou seja, por um lado mostra o constante esforço dos países sul-americanos no que concerne aos avanços de integração da região, mas, para além da boa vontade dos países, expressa também o quão difícil é a coordenação política de países com interesses diversos, muitas vezes antagônicos.

A recente reunião dos Chefes de Estado dos países-membros da Unasul, na qual ganhou destaque a diferença de posturas sobre a presença dos Estados Unidos na Colômbia, mostra como os diversos entendimentos que se apresentam na região atualmente dificultam a coordenação política sobre temas polêmicos e controversos. É importante salientar que, a despeito das divergências político-ideológicas existentes entre os países que constituem a Unasul, o artigo 14 do Tratado Constitutivo da organização regional expressa que,

A concertação política entre os Estados Membros da UNASUL será um fator de harmonia e respeito mútuo que afiance a estabilidade Regional e sustente a preservação dos valores democráticos e a promoção dos direitos humanos. Os Estados Membros reforçarão a prática de construção de consensos no que se refere aos

temas centrais da agenda internacional e promoverão iniciativas que afirmem a identidade da Região como um fator dinâmico nas relações internacionais.

Bernal-Meza (2001) afirma que “(...) o fortalecimento da institucionalidade (...) pode assegurar a participação mais equitativa dos países, aprofundando assim o compromisso político e a complementação econômica dos mesmos com seu entorno; de suas respectivas sociedades nacionais e suas regiões, dentro de um todo integrado.” A história da América do Sul é transpassada por discursos e movimentos em torno da aproximação dos povos e do concerto de interesses políticos. Entretanto, a mesma história tem mostrado como a acomodação de interesses entre os países torna-se uma difícil tarefa quando organizações, como o Mercosul ou a Unasul, surgem e exigem concretamente tais posturas. Evidentemente não podemos desconsiderar os avanços que os processos de integração tiveram, principalmente a partir do final do século passado na região sul-americana. Entretanto, os entraves para um aprofundamento mais consistente mostram o difícil caminho da integração política.

As crises econômicas recentes, geradas pela maior interdependência que caracteriza o cenário internacional, atingem toda a economia mundial e mostram que seus efeitos negativos escapam ao controle dos governos nacionais. Por esse motivo, as crises do capitalismo global exigem novas estratégias



dos países em desenvolvimento. O Mercosul e a Unasul, frutos da integração e da cooperação entre os países-membros, podem ajudar esses países a enfrentar os novos desafios rumo à inserção internacional e ao desenvolvimento. Dentre as possibilidades dos organismos regionais, destacamos sua potencial capacidade de limitar a diminuição da autonomia do Estado (um dos principais efeitos negativos do mundo global neoliberal), dando a esse um novo papel no cenário regional/global e recuperando sua capacidade de regulação interna. Portanto, com políticas de cooperação e integração através do Mercosul e da Unasul, é possível que os países-membros tenham maior poder de negociação internacional.

Entendemos que, mais do que se adequar às exigências internacionais, a Unasul deve constituir-se, enquanto organização política, como um espaço intermediário/mediador entre as pressões dos órgãos internacionais do conturbado cenário externo de um modo geral e as necessidades internas dos países-membros. Um regionalismo de fato poderá dar melhores condições de diálogo e possibilitar a inserção desses países ao contexto mundial de maneira menos desigual. Entretanto, tal avanço só será possível caso implementem na prática os discursos pró-integração, e isso muitas vezes pode exigir uma revisão de interesses particulares para um bem maior: o regional.

Referências

- Almeida, P. R. (2001) Dez Anos de Mercosul: uma visão brasileira. *www.pralmeida.org*. Artigo preparado para o Anuário do GEDIM (Programa Interdisciplinar Globalização Econômica e Direitos no Mercosul), 2001.
- Amorim, C. <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/venezuela/telesur/2010/09/11>. Acesso em 15/09/2010.
- Barbosa, R. A. (1991) *América Latina em Perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras.
- Barnabé, I. R. (2000) Mercosul: Estado-Nação e Política Regional. *Revista de Administração & Sociedade*. Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Opec. Ano 1, v.1.
- Baumann, R. (2001) A geopolítica da Integração na América Latina – uma perspectiva sul-americana. LIMA, M. C. (org.) *O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Cortez.
- Bernal-Meza, R. (2001) *América del Sur en el Sistema Mundial Hacia el Siglo XXI*. Lima, M. C. (org.) *O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Cortez.
- Cappa, J. (2000) A Política Econômica dos Anos 90: Transformações Estruturais com Estagnação e Vulnerabilidade no Mercado Financeiro Internacional. *Revista Cadernos da FACECA*, vol.9, n. 2, julho/dezembro, Campinas, PUC.
- Chalout, Y. (1999) Relações Mercosul, Alca, Alca e papel do Estado. Chaloult, Y., Almeida, P. R. (orgs.) *Mercosul, Nafta e Alca – a dimensão social*, São Paulo: LTr.
- Criniti Alves, R. J. (2002) *O Processo de Institucionalização do Mercosul – a consolidação de uma nova arquitetura institucional para o Cone Sul*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Escudé, C. (2002) *O Brasil deve mandar*. Entrevista concedida à Revista Época, Edição 224, 02 de setembro.
- Fonseca Júnior, G. (1990) Aspectos da Multipolaridade Contemporânea (notas preliminares). *Revista Contexto Internacional*, ano 6, n. 11, janeiro-junho.
- Galvão de Almeida, F. (1998) Reforma do Estado como fator favorável ao processo de integração. SALAZAR P. BRANDÃO, A., VALLS PEREIRA, L. (orgs.) *Mercosul - Perspectivas da Integração*. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Garcia Júnior, A. A. (1998) *Mercosul hoje: novos e difíceis caminhos*. São Paulo: LTr.
- Guimarães, S. P. (1999) A Alca e o Fim do Mercosul. _____ (org.) *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI, FUNAG.
- _____ O Desafio da Integração: o mundo multipolar e a integração sul-americana. <http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2009.
- Haas, E. (1958) *The uniting of Europe*. London: Stevens and Sons.
- Lafer, C. (1994) Sentido Estratégico do Mercosul. *Mercosul: Desafios a Vencer*.



Conselho Brasileiro de Relações Internacionais. São Paulo.

Moniz Bandeira, L. A. (2006) O Brasil e América do Sul. ALTEMANI, H., LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.

_____. Unasur: Uma forma eficaz de evitar La subordinación de América del Sur. <http://www.amersur.org.ar/Integ/Bandeira0806.htm>. Acesso em 08 de julho de 2009.

_____. Brasil e América do Sul: adeus à condição de quintal. <http://www.outraspalavras.net/?p=1658>. Acesso em 15/09/2010.

Onuki, J. (1999) Para onde caminha o Mercosul. *Revista Múltipla*, nº 6. Brasília, julho.

Parente de Mello, I. (1998) A Inserção do Mercosul na Economia Mundial. SALAZAR P. BRANDÃO, A., VALLS PEREIRA, L. (orgs.) *Mercosul - Perspectivas da Integração*. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Presser, M. F. (1993) Abertura Externa e Integração Regional: o caso do Mercosul. *Mercosul, Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Europeia*. Programa de Pesquisa e Formação Sindical IRES-CGIL/DESEP-CUT. São Paulo: Cajá.

Rocha Valencia, A. La integración regional como vía para alcanzar la autonomía de América Latina. *Revista Electrónica del Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos de la Universidad de Guadalajara*. http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/pdf/n_2_contextualizaciones.pdf. Acesso em 27/09/2010.

Sagasti, F. R., Arévalo, G. (1999) A América Latina na nova ordem global fracionada. Velloso, J. P. R., Martins, L. (coords.) *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Seixas Corrêa, L. F. (2001) O Mercosul e o teste de Rorschach. *Jornal Folha de S. Paulo*, 19 de junho. Singer, P. América do Sul: 2006 – da Geografia à História. www.relnet.com.br/pgn/ipri/lasso? Acesso: 23/03/2002.

Stuart, A. M. (2002) *Regionalismo e Democracia: uma construção possível*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo.

Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. <http://www.amersur.org.ar/Integ/UNASUR0805.htm>. Acesso: 07 de julho de 2009.

Vaz, A. C. (2002) *Cooperação, Integração e Processo Negociador – a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI.